

“Nós vamos buscar recursos e cumprir os compromissos do governo”, disse Crusius

por Cláudio Kuck
de Brasília

A decisão final sobre o reajuste do funcionalismo público federal foi adiada mais uma vez, estando prevista agora para terça-feira. O presidente Itamar Franco cancelou a reunião marcada no planalto para sexta-feira à tarde, porque os ministros do Trabalho, Walter Barelly, e da Administração, Luiza Erundina, estavam em São Paulo (ver matéria ao lado).

Em reunião na última sexta-feira com a ministra do Planejamento, Yeda Crusius, o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, disse que o percentual a ser concedido ao funcionalismo público ficará a critério do presidente Itamar Franco, que, segundo o assessor de imprensa do Palácio do Planalto, Francisco Baker, pretendia passar o fim de semana estudando a questão. Segundo Baker, a intenção de Itamar era analisar com mais tranquilidade as sugestões feitas pelos ministros da Fazenda, Planejamento, Trabalho e Administração, que formularam propostas diferentes para o assunto, relatou a agência Brasil.

A ministra Yeda Crusius disse que a decisão do Congresso Nacional de não permitir remanejamentos orçamentários dificultou “o que já estava difícil de ser resolvido”. Ela garantiu, no entanto, que o governo irá cumprir o acordo e pagar os salários, antecipações e pensões dos funcionários públicos e aposentados. “Nós vamos buscar recursos e cumprir os compromissos do governo”, afirmou.

Crítica e apoio à correção mensal

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

A proposta de se introduzir a correção mensal dos salários, nascida na Comissão de Trabalho da Câmara Federal, foi apoiada pelo diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), Sérgio Mendonça, e criticada pelo deputado federal Delfim Netto (PDS-SP).

Mendonça afirmou que a mudança de patamar da inflação para 26% ao mês neste ano já torna necessária uma alteração na política salarial. Simulações feitas pelo DIEESE revelam, disse, que a sistemática atual — correções quadrimestrais e antecipações bimestrais — permitiria um ganho real nos salários de 20 a 30% neste ano em comparação com 1992, se a inflação continuasse no patamar de 23%. Com a mudança de patamar, o ganho real ficou reduzido a 4%.

As dificuldades que uma política com correção mensal dos salários possam causar à Previdência Social, acrescentou, seriam resolvidas com maior fiscalização para ampliar as contribuições.

Acrescentou, no entanto, que uma política salarial sozinha não garante a recuperação salarial se não for articulada com uma política de estabilização da economia.

Ironicamente, Delfim Netto disse ser mais favorável à correção quinzenal dos salários do que à mensal.